



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ANÁLISE DA HISTORIOGRAFIA DO RIO GRANDE DO SUL

Publicado no site em 30/11/2015

Sérgio da Costa Franco

Há um fato que desde logo intriga o pesquisador. Por que teria sido o estado sulino um dos últimos a criar o seu Instituto Histórico e Geográfico, o que aconteceu somente em 1920, quando Pernambuco, Alagoas, Ceará, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, o Pará e até o Paraná, - província nascida bem depois das outras -, organizaram seus institutos, ao estilo do Brasileiro, ainda no século 19? Não admitimos que fosse isto um sintoma de desamor à Pátria comum. Antes atribuímos o fato a um descrédito da História como ciência, de parte de uma fração da intelectualidade local, especialmente a marcada pelo positivismo comtista, cabendo lembrar também a influência exercida pelo determinismo geográfico explícito nas obras de Jorge Salis Goulart e Assis Brasil e implícito em João Pinto da Silva. A propósito desses e outros autores dessa época, escreveu GUTFREIND: *"O modelo teórico-metodológico que seguem extrai das condições físicas o evoluer do processo histórico sulino. São cristalinas as influências deterministas para as quais a configuração geográfica de cada país encerra os povos em um destino irrevogável"* ("A Historiografia Rio-Grtandense, ed. da UFRGS, 1992).

A densidade histórica do Rio Grande do Sul, pela proximidade dos países platinos e as guerras de fronteira, mais a sugestiva presença das ruínas dos sete povos das Missões, seriam motivos suficientes para estimular a pesquisa e reconstituição do passado. Estranhamente, no entanto, o Instituto Histórico do Rio Grande do Sul só veio a ser fundado em 1920, quando quase todos os estados brasileiros já possuíam o seu núcleo de pesquisa e divulgação histórica. É verdade que houvera duas tentativas de fundação de instituições do gênero, ainda no século 19, e com anterioridade a todos os outros sodalícios provinciais. O Visconde de Sinimbu, quando presidente da Província, em 1855, tentara criar um instituto, de que não ficou rastro. E em 1861, por iniciativa do Conde de Porto Alegre, criou-se outro, que chegou a publicar no ano seguinte uma Revista Trimestral, porém durou apenas três anos, para nunca mais renascer. Só um fato nos parece explicar essa resistência dos gaúchos à investigação do passado: o radicalismo político e a extrema polarização de opiniões, que sempre marcaram a vida rio-grandense. O Barão de Porto Alegre, mais tarde Visconde e Conde do mesmo título, era saliente líder político e foi inclusive fundador de partido provincial, - os chamados "baronistas" - que viveu fortes refregas eleitorais no período que antecedeu a Guerra do Paraguai. Na mesma década, mais precisamente em 1862, nasceria o Partido Liberal, organizado por Félix da Cunha, o General Osório e Gaspar Silveira Martins. Seria difícil que, no agitado clima político daquela época, pudesse prosperar e consolidar-se, um Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro liderado pelo General Marques de Souza.

Após a proclamação da República, sabemos o quanto se polarizou a sociedade rio-grandense, a ponto de mergulhar em sangrenta guerra civil entre 1892 e 1895. Decididamente, o clima não favoreceria os princípios de imparcialidade, inseparáveis do conhecimento e divulgação da História. Seria inviável, no Rio Grande, a clássica recomendação de imparcialidade, feita por Tácito em seus Anais. A insurreição federalista, que se estendeu até Santa Catarina e Paraná e ainda se associou à revolta da Esquadra, até gerou farta safra de crônicas pretensamente históricas, porém marcadas pelo sectarismo e a parcialidade. Foram de tal ordem o passionalismo e a polarização de opiniões, que o General Souza Docca, ao escrever uma "História do Rio Grande do Sul", quase meio século depois da guerra civil, negou-se a relatar os fatos da revolução de 1893, como capítulos indignos de exame.

Lembramos bem de quando fizemos uma palestra na Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1962, a propósito do sentido histórico da Revolução de 1893. Um cidadão ainda jovem, que ostentava lenço vermelho no pescoço, entendeu que um dos presentes que nos inquiriam, tivesse ofendido os combatentes maragatos, e proferiu um eloqüente protesto. Por aquele episódio pude perceber que o tema da Revolução Federalista, se não mais mobilizava lanças e facões, ainda era polêmico e inflamável em 1962.

A dominação do Partido Republicano Rio-Grandense, o castilhista, quase sem contraste eficaz durante quarenta anos, não criou ambiente favorável à pesquisa histórica. Antecipando-se, de certo modo, aos usos totalitários do século 20, aquele partido praticou, como nenhum outro partido estadual, o culto às personalidades e a glorificação sistemática de seus líderes. Se foi liberal em matéria de economia, foi manifestamente autoritário em matéria política. De modo que, mesmo ao favorecer em 1920 a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, que nasceu sob os auspícios do presidente Borges de Medeiros e no próprio recinto do Arquivo Público do Estado, a instituição não parece ter ficado imune a certo sectarismo.

Para frisar o quanto o partidarismo prejudicou, no Rio Grande do Sul, a pesquisa e divulgação do passado, basta recordar que a revolução farroupilha e a própria república rio-grandense ganharam o patrocínio oficial, tanto que música e letra do hino daquela efêmera república separatista se tornaram símbolos oficiais do Estado, nos padrões de uma incrível arrogância: **Sirvam as nossas façanhas de modelo a toda a Terra...** Depois de um longo período em que a insurreição farroupilha se tornara assunto tabu, porque misturadas nos partidos monárquicos as fileiras dos combatentes de 35, não surgiu nenhum relato de autor local a respeito do evento. Fato curioso, que cabe aqui registrar, é que o primeiro relato mais ou menos extenso e detalhado sobre a revolução farroupilha e a República Rio-Grandense é obra de um carbonário italiano, Luigi Nascimbene, comerciante estabelecido em Montevidéu e fornecedor da República, que, antes mesmo das Memórias de Garibaldi, publicou em Paris, 1860, em 4 volumes, sob o título de "Historia de la América Meridional", nela inserindo um texto sobre a "Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul do Império do Brasil". O autor brasileiro do primeiro estudo sistemático sobre aquela insurreição foi Tristão de Alencar Araripe, cearense que apenas tivera contato com a província na condição de seu presidente nomeado, mais de vinte anos decorridos desde a pacificação. Quem o contraditou, com primazia, foi o liberal Ramiro Barcelos, já em 1882, em folhetins de um jornal de Pelotas. Os republicanos da Propaganda, com Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Alcides Lima, viram-se na contingência de estimular estudos sobre a revolução farroupilha e a República de Piratini, para alimentar os sonhos e a ideologia do republicanismo. Neste sentido, há no arquivo do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul uma carta de Júlio de Castilhos, quando estudante na Academia de Direito de São Paulo, ao polígrafo Apolinário Porto Alegre, encomendando explicitamente esse trabalho de aliciamento intelectual. Na tentativa de ajuntar lenha à fogueira do Partido Republicano, que então nascia, surgiu uma bibliografia declaradamente parcial e tendenciosa, que deu o tema e o tom à literatura regional durante meio século. A temática daquela revolução tornou-se preocupação quase obsessiva, que secundou, de certa forma, e deu eco aos atritos entre o governo estadual e a União ao longo do tempo. Esses atritos estimulados pelo autonomismo estadualista, já se revelaram fortes sob o governo de Prudente de Moraes, recrudesceram sob o quadriênio de Artur Bernardes e afinal explodiram na revolução de 1930. Mesmo depois, quando no governo estadual o General Flores da Cunha, esse conflito foi palpável. No plano da bibliografia, a tendência para o irredentismo chegou ao seu auge com a obra de Alfredo Varela, "A Grande Revolução", em seis volumes de difícil leitura, embora amparados em riquíssima documentação. Nessa época de influência predominante do positivismo comtista, nenhum dos positivistas gaúchos mais ortodoxos se voltou para a pesquisa e a historiografia. Eles se inclinaram decididamente para as matemáticas, e fundaram a Escola de Engenharia, que foi matriz de frondosa universidade técnica. As ciências exatas e as da natureza foram dominantes na pauta dos intelectuais gaúchos daquela fase, fiéis, em parte à preferência de Comte pelas matemáticas.

Não quer isso dizer que não houvesse, no Estado, devotados pesquisadores de História e organizadores de documentação. Mas houve um relativo retardo na produção historiográfica de parte dos gaúchos, se desconsiderarmos a bibliografia especificamente vol-

tada para a Revolução Farroupilha, produzida pelos membros do Clube 20 de Setembro, com o nítido caráter de propaganda republicana. Não estamos sozinhos nessa observação. IEDA GUTFREIND escreveu em sua tese de doutorado: *"A leitura das obras permite concluir que a história foi usada para fins político-ideológicos imediatos: a propaganda republicana"*. Os assuntos mais genéricos e menos conflituosos da história rio-grandense só atraíram historiógrafos a partir de 1906, quando publicados *"A Fundação de Porto Alegre"*, por Augusto Porto Alegre, e *"A Vida de Rafael Pinto Bandeira"*, por Alcides Cruz. As Missões Jesuíticas do Alto Uruguai mobilizaram a atenção dos historiadores jesuítas, que lhes dedicaram volumosa e rica bibliografia; as guerras do Prata e as questões de limites atraíram alguns ensaístas de real importância. É justo referir neste passo as respeitáveis contribuições de Aurélio Porto, seja como ensaísta, seja como organizador de coleções documentais. Historiadores militares deram importantes contribuições em sua área específica, valendo destacar Francisco de Paula Cidade, Souza Docca e Rego Monteiro. Revistas especializadas então nasceram, como foi o caso da Revista do Arquivo Público do Estado, fundada em 1921, sob a direção de Florêncio de Abreu, não por acaso o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, fundado no ano anterior. Seria injusto deixar de salientar a grande contribuição do Instituto rio-grandense à produção historiográfica, materializada nos 145 volumes de sua revista. Apesar de permanentes dificuldades financeiras, a instituição que não desfruta de subsídios oficiais e de subvenções regulares, só interrompeu sua publicação entre 1950 e 1975, quando a edificação da sede social obrigou a mobilização de todos os recursos possíveis.

Mas tudo isso aconteceu quando já ia adiantado o século 20, sendo em 1942 fundada a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, com seu curso superior, então de Geografia e História. Pertencemos à geração que, bem ou mal, sofreu a influência dos estudos acadêmicos e que foi responsável pelo incremento da produção historiográfica em nosso Estado. Coincidentemente ou não, também foi a nossa geração que, entre debates e polêmicas ardentes, valorizou e propagou o tradicionalismo regionalista, nos centros de tradições gaúchas que hoje se espalham por todo o país. Somos de parecer, e o externamos com a devida cautela, pois o assunto ainda é polêmico, que ciência histórica e tradicionalismo festeiro não sejam um casamento feliz para as pautas do historiador, mas, ainda assim, em algumas ocasiões, o tradicionalismo de desfiles, rodeios e festivais pode alimentá-las e estimulá-las.

Mas não fique sem registro, nesta análise da historiografia sul-rio-grandense, a tendência, que prevaleceu até a década de 1920, de focar prevalentemente os gaúchos da fronteira sul e oeste, ignorando a participação histórica dos imigrantes alemães e italianos, da Encosta da Serra e das cidades industriais, sobremodo importante no que se refere à contribuição cultural e às atividades econômicas. Isto só foi superado no decorrer do século 20, quando a literatura voltada para aquelas etnias tornou-se até mais vultosa que a da própria etnia luso-brasileira. De omissão semelhante padeceu a região do Planalto, de acentuada influência paulista durante todo o século 19, tanto na comunicação oral quanto nos costumes das áreas rurais. Aliás essa visão distorcida e discriminatória dos registros históricos do Rio Grande foi observada por João Pinto da Silva, sem fazer-lhe a devida crítica, em seu livro *"A Província de São Pedro"*, quando escreveu no Capítulo I: *"Foi a Fronteira que deu fisionomia histórica ao Rio Grande. Os atos culminantes da nossa vida política e militar, quase todos os episódios que constituem nossa tradição heróica, enfim, situam-se nos plainos e coxilhas do Jacuí para baixo, aquém ou além da linha divisória, quando não sobre esta."* Pretendia-se, inconscientemente talvez, uma historiografia limitada a fatos heróicos. E assim se comportaram por muito tempo os historiógrafos patricios, alheios aos fatos econômicos, culturais, aos choques de classe e aos conflitos étnicos, como se a vida de um país ou de uma província pudesse ser resumida num rol de batalhas e em disputas de partidos. Tendência oposta e extremada aconteceu no último quartel do século 20, quando se acentuou a influência do pensamento marxista ou pseudo-marxista nas academias. Em alguns estudos dessa fase, colhe-se a impressão de que a vida social se limitasse aos conflitos de classe e aos fatos da vida econômica. Para mudança desse cacoete pseudocientífico, parece-nos que concorreram fatos muito distantes que terminaram por influenciar, por via reflexa, o pensamento filosófico e as ideologias: paradoxalmente, a derrocada da União Soviética e a queda do muro de Berlim modificaram os conteúdos da historiografia nacional.